



- | | | | |
|-------------------------------------|---|---------------|--------------|
| <input type="checkbox"/> | REQUERIMENTO
(. ^a) | Número | /XIII |
| <input checked="" type="checkbox"/> | PERGUNTA
(. ^a) | Número | /XIII |

Assunto: Greve nos CTT de Chaves, no distrito de Vila Real.

Destinatário: Ministério das Infraestruturas e da Habitação

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Os trabalhadores e trabalhadoras dos CTT de Chaves, no distrito de Vila Real, estão em greve parcial de 15 dias em protesto contra a falta de pessoal que tem estado na origem dos “atrasos evidentes” na entrega de correspondência.

Em causa está o reduzido número de carteiros ao serviço no concelho de Chaves e noutros concelhos limítrofes. “A greve acontece devido à falta de pessoal. Estão previstos 21 postos de trabalho no centro de distribuição de Chaves mas há cinco giros que não se realizam diariamente”, disse à Lusa Samuel Vieira, dirigente do Sindicato Independente dos Correios, Telecomunicações, Transportes e Expresso de Portugal (SICTEX), uma das estruturas sindicais que promovem a greve.

No entanto, a falta de pessoal nos CTT é um problema que extravasa o concelho de Chaves e que afeta profundamente o Serviço Postal Universal da região. Também no concelho de Boticas, por exemplo, “é prestado um mau serviço o que leva a uma grande pressão sobre os trabalhadores, que são pressionados pelos clientes, como pessoas que querem receber os seus vales, ou as empresas, que querem ver as encomendas entregues nos dias contratualizados”, disse à Lusa Samuel Vieira. Acrescentou ainda que “os CTT têm um contrato com o Estado para assegurar em todo o território nacional essa distribuição e que apesar da Câmara de Boticas ter assumido em parte a distribuição “não devia ser usado dinheiro do erário público para assegurar algo que deviam ser os CTT a fazer”. Esta situação é inaceitável e o Governo, em conjunto com a Câmara Municipal de Chaves, deve exigir o cumprimento dos critérios de qualidade do Serviço Postal Universal estipulados no contrato de concessão.

Importa recordar que, entre 2005 e 2014, o serviço de correios gerou lucros para o Estado na ordem dos 577 milhões de euros, situação que se inverteu logo após a privatização. Desde 2014, o país viu o encerramento de centenas de estações e postos de correios, a externalização do serviço de entrega, o fim da distribuição diária de correio em todo o país, entre outros. No plano laboral, a gestão privada optou por despedir mais de mil trabalhadores e aumentar o número de trabalhadores com vínculo precário.

As administrações responsáveis pela gestão dos CTT foram responsáveis pela venda ao desbarato de património imobiliário, muitas vezes histórico, assunto sobre o qual este Grupo Parlamentar também já



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

submeteu várias perguntas ao Governo.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério das Infraestruturas e da Habitação, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento da situação?
2. Está o Governo disponível para exigir, junto da Administração dos CTT, o reforço das equipas de carteiros para garantir os padrões de qualidade do serviço postal universal?
3. Tem o Governo um prazo para tornar público o novo contrato de concessão do serviço postal universal?
4. Tem o Governo acesso ao número de reclamações submetidas por parte dos utilizadores dos CTT do distrito de Vila Real?
 - 2.1 Se sim, quantas reclamações foram submetidas desde o início do presente ano? Como comparam com o período homólogo?
 - 2.2 Nas reclamações quais os motivos que têm sido elencados?

Palácio de São Bento, 31 de agosto de 2021.

**A deputada
Isabel Pires**